



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

PREGÃO ELETRÔNICO nº 08/2026

Objeto: *Contratação de serviços comuns de engenharia em regime de execução misto para manutenção, adequações, adaptações e instalações prediais: 8 (oito) grupos distintos, sendo 1 (um) para cada região, nos termos do Edital e seus anexos.*

Recorrente: *ALL SPACE FACILITIES LTDA*

1. RELATÓRIO

ALL SPACE FACILITIES LTDA, CNPJ nº 35.657.372/0001-70, inconformada com a habilitação da empresa *J AZEVEDO ENGENHARIA LTDA*, CNPJ nº 40.430.472/0001-07, vencedora do Grupo 6 do Pregão Eletrônico nº 08/2026, manifestou interesse em recorrer e apresentou razões recursais, conforme doc. 137.

Contrarrazões apresentadas pela habilitada, *J AZEVEDO ENGENHARIA LTDA* (doc.138).

É o relatório.

2. ADMISSIBILIDADE

2.1. Tempestividade

O art. 165, inciso I, alínea “c”, da Lei 14.133/2021 determina o cabimento de recurso administrativo, no prazo de 3 dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, contra ato da Administração decorrente de habilitação ou inabilitação do licitante.

As razões recursais foram tempestivamente apresentadas pela empresa *ALL SPACE FACILITIES LTDA* em 06/05/2026.

Contrarrazões da licitante habilitada em 08/05/2026, também dentro do prazo legal.

2.2. Legitimidade e Interesse de agir

A recorrente participou da licitação e, por isso, encontra-se investida de legitimidade e interesse recursal, razão pela qual o recurso merece conhecimento.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Secretaria de Licitações e Contratos

3. MÉRITO

3.1. Da Habilitação da Empresa Declarada Vencedora

A recorrente, *ALL SPACE FACILITIES LTDA*, pugna pela inabilitação da empresa *J AZEVEDO ENGENHARIA LTDA*, arguindo que a licitante declarou falsamente sua regularidade trabalhista, em inobservância ao percentual mínimo de contratação de aprendizes exigido pelo art. 429 da CLT, conforme certidões emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), emitidas em 30.abr.2026 e 6.maio.2026.

A vencedora, em contrarrazões, defende a veracidade das declarações firmadas, aduz a ausência de previsão no edital de cumprimento da cota de aprendizagem prevista no art. 429 da CLT, bem como a dispensa legal de contratação de aprendizes por microempresas e empresas de pequeno porte, por força do art. 51, III, da Lei Complementar nº 123/2006. Alega, ainda, que as certidões do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) possuem valor probatório relativo, por refletirem a situação do empregador na data de referência do e-Social e não as situações submetidas a autos de infração, termos de compromisso ou decisões judiciais.

Embora as certidões do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) anexadas pela recorrente apresentem indícios de que o quantitativo de aprendizes seja inferior ao mínimo estipulado pelo art. 429 da CLT e a dispensa da contratação de aprendizes à ME e EPP (*art. 51, III da LC 123/2006*) não se aplique à empresa vencedora, enquadrada como de médio/grande porte, a inabilitação seria medida desproporcional e carente de amparo legal e editalício.

A validade dos atos administrativos na licitação pauta-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade e da vinculação ao edital.

E na hipótese, o instrumento convocatório seguiu o rigor do texto da Lei 14.133/2021, exigindo expressamente, na fase de habilitação, apenas a comprovação de reserva de cargos para pessoas com deficiência (PCD) e reabilitados da Previdência Social, além da observância ao art. 7º, XXXIII, da CF (proibição absoluta de trabalho noturno, perigoso ou insalubre ao menor de 18 anos e permissão para trabalhar a partir dos 14 anos, desde que na condição de menor aprendiz).

Não há exigência expressa na lei, tampouco no edital, de apresentação de declaração ou certidão de cumprimento da cota de aprendizes (art. 429 da CLT) como critério de habilitação.

Ampliar as exigências na fase de seleção, de modo a inabilitar a proposta mais vantajosa por requisito não previsto no instrumento convocatório, configuraria cerceamento à competitividade além de violar os mencionados princípios.

As condições para a seleção do fornecedor se distinguem daquelas pertinentes à execução do objeto. Eventual descumprimento injustificado da reserva de



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

cargos prevista em lei para aprendizes não deve atuar como barreira intransponível na fase de habilitação, sob pena de afastar propostas benéficas à Administração.

O escopo da fase atual é a seleção da melhor proposta e o rigor formal da cota de aprendizes não deve se sobrepor ao interesse público da contratação.

O cumprimento de tais exigências sociais, de caráter dinâmico decorrente de admissões e desligamentos recorrentes, deve ser aferido e exigido durante a fase de execução contratual, com fulcro no art. 116 da Lei 14.133/2021, quando então a Administração poderá aplicar sanções e penalidades, caso a empresa se mantenha em desconformidade com a legislação trabalhista.

Nesse sentido é a jurisprudência recente do Tribunal de Contas da União, consolidada no Acórdão 1.930/2025 – Plenário, cujo teor se transcreve, na parte que interessa:

*“27. Essa é a razão pela qual, cabe acrescentar, a exigência de preenchimento da cota para **aprendizes** na fase de **habilitação**, cuja veracidade poderia ser aferida por meio de certidão do MTE, **carece de previsão legal**. Para essa fase, a Lei 14.133/2021 fala apenas em “reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social”, o que permite inferir pela prevalência, nesse momento, do princípio da competitividade frente à função regulatória. Essa última será prestigiada, nesse aspecto, quando da execução contratual: “Art. 116. Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas” (grifo nosso).*

28. Mesmo quanto às cotas passíveis de aferição quando da habilitação (pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social), deve-se ter em mente que o peso da função regulatória é menor num primeiro momento, ganhando corpo posteriormente, quando da execução contratual”

Ante o exposto, s.m.j., não há que se falar na inabilitação da empresa vencedora por não haver comprovado, na fase de habilitação do certame, cumprir as cotas legais de reserva de cargos para aprendizes. Nada a prover, neste aspecto.

4. DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA

O Grupo 6 da licitação teve a proposta aceita conforme abaixo:

GRUPO 6
J Azevedo Engenharia Ltda – CNPJ 40.430.472/0001-07
Valor estimado: R\$ 9.913.479,23
Valor da proposta vencedora: R\$ 7.436.100,77 (24,99% de desconto)



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

A proposta apresentada pela empresa apontada no quadro acima está conforme quanto ao preço e demais condições. A licitante está devidamente habilitada.

Os relatórios emitidos pelo sistema *compras.gov* se encontram anexados aos autos, assim como a proposta apresentada pela vencedora e respectivos documentos de habilitação, acompanhados dos pareceres técnicos da unidade demandante.

5. CONCLUSÃO

Pelo exposto, **CONHEÇO** do recurso da *ALL SPACE FACILITIES LTDA*; no mérito, proponho, *s.m.j*, a improcedência do apelo, mantida a decisão que habilitou a empresa *J AZEVEDO ENGENHARIA LTDA*.

Submeto os autos deste procedimento licitatório à apreciação da autoridade superior, para análise e avaliação; e, caso mantida a presente decisão, requer-se a adjudicação do objeto e a homologação do certame.

Belo Horizonte, 14 de maio de 2026.

Graziella Melgaço Pires Furtado de Mendonça
Pregoeira